



“HOMEM”

B. F. SKINNER¹

O Homem sempre se esforçou para explicar seu comportamento procurando suas causas. Os historiadores e biógrafos buscaram as origens das conquistas humanas nas condições de nascimento, clima, cultura e contatos pessoais, e alguns deles incluíram filósofos e ensaístas em generalizações mais amplas. A ciência naturalmente trabalhou na mesma direção. As ciências sociais se especializam em demonstrações estatísticas, mas a psicologia e a filosofia estão mais próximas da história e da biografia ao se concentrarem no indivíduo. De qualquer forma, cada vez mais o comportamento dos organismos, incluindo o homem, está sendo plausivelmente relacionado a fatos de sua história genética e ambiental. Se outras ciências tiverem alguma contribuição a dar, o comportamento humano, em última análise, poderá ser explicado inteiramente em termos dessa contribuição.

A concepção tradicional é muito diferente. Sustenta que um homem se comporta como o faz por causa de seus desejos, impulsos, emoções, atitudes e assim por diante. Seu comportamento é importante apenas como expressão de uma vida interior. Muitos psicólogos ainda endossam esta concepção. O bom freudiano atribui o comportamento observável a um drama encenado no espaço não físico por um imanente triunvirato pouco distinguível dos espíritos e demônios do animismo primitivo. Outros psicólogos simplesmente dividem a pessoa interior em partes, cada uma das quais ainda traz consigo sua pequena porção de vida mental. Assim, enquanto uma análise científica relaciona o comportamento ao ambiente físico, o mentalista pode insistir em que a mente observa apenas uma cópia, não muito digna de confiança, do ambiente chamada experiência subjetiva. Enquanto uma análise científica mostra que reagimos de uma dada maneira porque ações semelhantes no passado tiveram consequências específicas, o mentalista pode insistir que agimos porque armazenamos lembranças de ações passadas e de suas consequências, as quais agora examinamos com cuidado, a fim de atingir certas expectativas, que levam a um ato de vontade, que, por sua vez, inicia o comportamento. Enquanto a análise científica procura a origem de certos padrões perturbados de comportamento na história de punição, o mentalista pode argumentar que o distúrbio está na personalidade e que é o efeito de ansiedade, possivelmente gerada por punição. A concepção tradicional de homem é um exemplo de uma estratégia explanatória que foi outrora comum em outras ciências. Ela sobreviveu em psicologia, possivelmente por causa da extraordinária complexidade do assunto. Enquanto são demonstradas conexões com variáveis externas, a despeito da complexidade, todavia, reduz-se a necessidade de explicações internas. Uma efetiva análise científica presumivelmente dispensaria o uso delas.

¹Publicado no *Proceedings of the American Philosophical Society*, 1964, 108, 482-485.

Revisão da tradução feita por Noreen C. de Aguirre e Hélio José Guilhardi, baseada na publicação do texto em Skinner, B. F. (1999). *Cumulative Record*. B. F. Skinner Foundation: Cambridge, M A.



O fato de tal análise ser mais simples, mais conveniente e mais útil não significará, necessariamente, sua adoção, porque os pontos de vista mais antigos serviam a outras funções, que não científicas. Uma reinterpretação comportamental de vida mental não é um problema fundamental para muitas pessoas, mas todo mundo se interessa pelo comportamento humano. No entanto, há outras razões pelas quais a interpretação científica não parece oferecer, de modo algum, uma visão de homem. Certas características do comportamento humano muito admiradas parecem ser negligenciadas, e sua ausência é mais ameaçadora que qualquer implicação sobre a natureza da consciência ou a existência do livre arbítrio.

C. S. Lewis, por exemplo, chegou a ponto de argumentar que a ciência está envolvida na “abolição do homem” (1). Ele se preocupa com a pequena relevância atribuída a uma característica familiar da interpretação tradicional – um senso interno de justiça, a percepção de um padrão de integridade, uma fonte interna de valores. Para o tradicionalista um ato humano não é simplesmente um movimento físico, é um julgamento ou a expressão de um julgamento, que se consegue apenas aplicando certos padrões de conduta. Não é o ato que é essencialmente humano (por mais moralmente aceitável que seja), mas a aplicação do padrão. Podemos condicionar um homem a se comportar de formas virtuosas como condicionamos animais a se comportarem, de acordo com qualquer conjunto de especificações, mas tal homem não *será* virtuoso. De acordo com esse ponto de vista, ele pode ser virtuoso apenas se não foi condicionado a se comportar bem de modo automático, mas chegou a dadas formas de conduta virtuosa consultando seu senso de retidão. (O argumento é remanescente da queixa de que uma religião racional destrói a devoção, que a prova da existência de Deus priva o homem da oportunidade de demonstrar sua fé).

Se esta concepção tradicional de homem continuar a desafiar o ponto de vista científico, entretanto, algumas perguntas espinhosas precisam ser respondidas. O que *está* acontecendo quando um homem se baliza por um padrão de retidão? Pode esta forma de comportamento ser analisada? De onde vêm os padrões? Se a resposta é que eles vêm da história genética ou ambiental, então o ponto de vista científico não está em perigo. E este parece ser o caso. Lewis, por exemplo, reconhece que os sentimentos que ele tanto valoriza precisam ser aprendidos. “O animalzinho humano”, ele diz, “não teria de pronto as respostas certas” – em verdade, neste sentido não seria ainda humano. E ele cita Platão (6) para sustentar a afirmação de que coisas como gosto e compaixão devem ser ensinadas a uma criança antes que ela esteja em idade de raciocinar. Estas são as controvérsias de um ambientalista. Os valores aos quais um homem deve ser capaz de recorrer, a fim de ser humano, não são originalmente seus, e algo além dele é, portanto, responsável em última instância por sua ação. (A mesma história infeliz pode ser contada sobre todas as explicações internas da conduta humana, pois as explicações devem elas próprias serem explicadas – possivelmente em termos de outros eventos internos, mas consequente e necessariamente, em termos de forças externas agindo sobre um homem).

Um pequeno problema sobrevive num nível técnico. Como vamos ensinar uma criança a se comportar bem? Podemos começar condicionando-a a dar tantas respostas puramente automáticas, corretas, mas descobriremos que o número que deve então ser ensinado é assustadoramente grande. É mais eficiente, se não realmente necessário, ensiná-la a examinar cada nova ocasião conforme ela surja, aplicando certas regras para chegar a uma resposta apropriada. Essa é a nossa prática ao ensinar multiplicação. Até doze-vezes-doze condicionamos respostas específicas, cada uma das quais pode ser bastante automática, não implicando compreensão alguma de multiplicação. Acima disso, achamos conveniente condicionar certos procedimentos que permitem à criança

chegar a um grande número de produtos específicos que não seria eficiente condicionar separadamente.

Algumas vezes argumenta-se que há um elemento de liberdade na aplicação de padrões, o que não existe na execução automática de respostas corretas. Mas um senso de liberdade é outro daqueles atributos internos que perdem sua força conforme compreendemos mais claramente a relação do homem e seu ambiente. Liberdade – ou melhor, comportamento de que se “sente livre” (“feels free”) – é também o produto de uma história de condicionamento. No seu notável livro, *Émile*, Jean Jacques Rousseau (2) tentou encontrar alternativas para os métodos punitivos das escolas de seu tempo. Ele insistiu que os alunos deveriam se comportar como quisessem, em vez de serem forçados a agir por coerção física. Ele demonstrou uma extraordinária engenhosidade ao substituir punição por induções positivas. Mas ele não estava transferindo a educação para o aluno em si.

Deixe [a criança] crer que está sempre no controle, embora seja sempre você [o professor] quem realmente controla. Não há submissão tão perfeita, quanto aquela que mantém a aparência de liberdade, pois, desta forma, aprisiona-se a própria volição. O pobre bebê, nada sabendo, de nada capaz, nada tendo aprendido, não está à sua mercê? Você não pode arranjar tudo no mundo que o rodeia? Você não pode influenciá-lo como quer? Seu trabalho, seus divertimentos, seus prazeres, seus sofrimentos, não estão todos em suas mãos e sem que ele o saiba? Indubitavelmente, ele deveria fazer apenas o que quer; mas ele deveria querer fazer apenas o que você quer que ele faça; ele não deveria dar um passo que você não tivesse previsto; ele não deveria abrir a boca sem que você soubesse o que ele irá dizer (2).

Assim falou um grande paladino da liberdade humana! Como um senso de retidão ou justiça, as disposições que fazem um dado ato sentir-se livre vem do ambiente. A questão que permanece é novamente técnica. Qual é o melhor modo de produzir aquelas mudanças que são o objeto de educação? Há muitas vantagens em arranjar as coisas de forma que o aluno faça o que quer fazer, mas ele deve ser cuidadosamente preparado para querer aquelas coisas que são exigidas para uma instrução eficaz.

Outro atributo humano que parece estar faltando no quadro científico refere-se ao que uma pessoa *não* quer fazer. No ponto de vista tradicional um homem tem obrigações assim como direitos: há coisas que ele deve fazer ou sofrer as consequências. Ele é responsável por sua conduta no sentido em que, se ele não se comportar de uma dada forma, é simplesmente justo que ele seja punido. Para escapar à punição – sejam as punições naturais do ambiente físico ou as punições sociais da sociedade – ele se engaja numa atividade chamada autocontrole (3). Quando o mesmo comportamento final “bom” é atingido, sem usar punição, o autocontrole é desnecessário nesse sentido.

A exclusão de responsabilidade pessoal da concepção científica de homem foi particularmente lastimada por Joseph Wood Krutch (4). Quando consideramos que um criminoso necessita de tratamento, mais do que punição, por exemplo, privamo-lo do “atributo humano de responsabilidade”. Tratamento é tão somente uma forma de gerar bom comportamento sem punição. As medidas preventivas são provavelmente mais válidas. Por exemplo, poderíamos controlar o roubo criando um mundo livre de circunstâncias provocadoras (por exemplo, um mundo no qual não há nada que não se

possa ter ou onde nada está ao alcance de ser roubado) ou condicionando o comportamento que é incompatível com o roubo ou que o substitui (por exemplo, poderíamos reforçar bastante “respeitar a propriedade alheia” ou ensinar meios mais fáceis e legais de obter coisas). Quando resolvemos o problema de uma dessas maneiras, nós não deixamos lugar para a responsabilidade pessoal ou autocontrole. Nós não deixamos lugar para luta moral; e se [este modo de] lutar é humano, nós realmente destruímos algo no homem.

O mesmo argumento é válido para punições não governamentais. Fumar cigarros é “naturalmente” punido por câncer de pulmão ou pela ameaça de câncer de pulmão, assim como comer em excesso é punido por obesidade, doença e a ameaça de morte prematura. A ação agressiva é punida por medidas vingativas. Todas estas conseqüências aversivas normalmente levam a alguma medida de autocontrole. Mas podemos reduzir a tendência a fumar, comer ou agir agressivamente de outras maneiras e, com isso, a necessidade de se controlar. Drogas apropriadas têm esse efeito. Um tranqüilizante reduz a necessidade de se controlar a agressividade, um supressor de apetite reduz a necessidade de controlar o comer, e uma droga que reduzisse a tendência de fumar cigarros reduziria a necessidade de controlar o hábito do fumo. Uma outra forma de controle seria construir um mundo no qual os reforçamentos positivos, atualmente concedidos a estes comportamentos, fossem cuidadosamente manejados. Em tal mundo, um homem seria naturalmente hábil e bom ou, pelo menos, facilmente ensinado a ser hábil e bom. Não haveria lugar para luta intelectual ou moral (5).

Qualquer tecnologia, física ou social, que reduza conseqüências de punição reduz a necessidade de autocontrole e responsabilidade pessoal. Se a mesma conduta aceitável é executada, é difícil entender porque alguém poria objeção. O problema é que as características que são agora descartadas foram por muito tempo admiradas. Admiramos pessoas que adotam padrões éticos e morais, que aceitam responsabilidades e que se controlam. Admiramo-las em parte porque os resultados nos são reforçadores, pois o indivíduo é, então, induzido a adaptar-se aos interesses dos outros. Também admiramos tal comportamento simplesmente a fim de mantê-lo. Admiração é uma prática social usada para compensar um controle ineficiente. Há certos tipos de heroísmo, por exemplo, que a sociedade pode fomentar apenas admirando-os efusivamente. Podemos induzir os homens a morrerem por seus países convencendo-os de que é belo e honroso fazê-lo. Os alunos dedicam-se bastante aos estudos para serem admirados por seus professores. Os homens empreendem trabalhos exaustivos e sofrem com paciência porque são admirados por isso. Contudo o progresso tecnológico é dirigido no sentido de tornar tudo isso desnecessário. Em um mundo em paz não haveria heroísmo militar algum a admirar. Não mais admiraremos sofrimento paciente se os homens raramente precisarem sofrer. Nem mesmo valorizaremos trabalho exaustivo se o trabalho pode ser reduzido, e não admiraremos estudantes que se dedicam muito, quando há técnicas de educação nos quais eles simplesmente não precisam estudar tanto. Não mais admiraremos lutas com o demônio, se o demônio é simplesmente um ligeiro distúrbio no hipotálamo, que pode ser aplacado com uma droga adequada.

Voltando-se para variáveis externas e manipuláveis, uma análise científica afasta-se de supostas atividades internas que tentamos alcançar através de admiração. A atividade interna, necessitando ser admirada, naturalmente parece admirável. Assim, admiramos um homem que pode multiplicar aplicando regras mais do que um que meramente recita a tábua de multiplicação de um modo automático, mas admiramos muito mais o segundo do que um que usa uma máquina de calcular. A máquina de calcular foi planejada para reduzir o comportamento exigido na multiplicação de repostas externas, muito bem definidas, relativamente infalíveis e realizadas quase sem

esforço. Melhora a multiplicação, mas torna aquele que multiplica menos admirável. Platão registra uma objeção à invenção do alfabeto em campos semelhantes: se os textos fossem geralmente disponíveis, um homem pareceria saber coisas que ele meramente leu (6). Mas o alfabeto foi inventado precisamente para capacitar um homem a tirar proveito do conhecimento direto de outra pessoa. Devemos destruir todas as invenções físicas e sociais, a fim de recapturar um homem que admiramos de todo coração?

Duas características importantes que, frequentemente, se diz que faltam na interpretação científica do homem são, na verdade, enfatizadas nela. Se o homem não tem liberdade de escolha alguma, se ele não pode iniciar ato algum que altere o curso causal de seu comportamento, então pode parecer que ele não tem controle algum sobre seu próprio destino. O ponto de vista científico do homem, segundo Krutch, é um “beco sem saída” (7). O fato é, entretanto, que os homens controlam sua história genética e ambiental, e nesse sentido realmente controlam a si próprios. Ciência e tecnologia preocupam-se em mudar o mundo no qual o homem vive, e as mudanças são feitas precisamente por causa de seus efeitos sobre o comportamento humano. Atingimos o estágio, longe de um beco sem saída, no qual o homem pode determinar seu futuro com uma ordem inteiramente nova de eficácia. C. S. Lewis ainda protestaria; em *The Abolition of Man* ele escreveu “... o poder de alguns homens de tornar-se o que lhe agrada significa... o poder de alguns homens de transformar outros homens naquilo que agrada [aos primeiros]”. Mas sempre foi assim. Os homens controlam a si próprios controlando o mundo no qual vivem. Fazem isto tanto quando exercitam o autocontrole, como quando fazem trocas na cultura, as quais alteram a conduta de outros.

Uma outra característica do conceito tradicional que é enfatizada, e não abolida, é a individualidade. Algumas práticas derivadas de um conhecimento científico do comportamento humano poderiam, sem dúvida, levar à uniformidade, como práticas consonantes com conceitos tradicionais têm frequentemente feito, mas há nada na posição científica que torne isto inevitável. Pelo contrário, como produto de um conjunto de variáveis genéticas e ambientais, o homem é indiscutivelmente único. A unicidade da impressão digital do homem já foi surpresa e, por causa de sua utilidade prática, é ainda símbolo familiar de individualidade. Mas o corpo de cada homem, que resulta de sua história genética é um vasto sistema de estruturas únicas, das quais as linhas tortuosas do dedo polegar são um exemplo ridiculamente trivial. Igualmente idiossincráticas são todas aquelas características que um homem apresenta como resultado de seu ambiente. É verdade que certas práticas específicas são simplificadas quando estas fontes de individualidade são minimizadas, mas não há nada na prática científica ou na teoria que ameace a individualidade e ou questione a possibilidade de que algumas utilizações de variáveis, partindo dessas fontes, terão os notáveis resultados, que atribuímos a talento ou gênio.

Não é fácil abandonar noções como um senso de justiça, um senso de liberdade e responsabilidade pessoal ou aceitar uma nova interpretação da individualidade do homem e seu poder de controlar seu próprio destino. Contudo, seria surpreendente se qualquer concepção do homem não necessitasse ocasionalmente, de revisão. O comportamento humano é extraordinariamente complexo e é improvável que uma explicação verdadeira definitiva tenha sido alcançada tão cedo. O conceito tradicional certamente não nos fez claramente bem sucedidos ao lidar com assuntos humanos. A interpretação alternativa que uma ciência de comportamento nos pede para aceitar não é realmente assustadora. O homem sobrevive imutável. A Física não muda a natureza do mundo que estuda e nenhuma ciência de comportamento pode mudar a natureza essencial do homem, embora ambas as ciências forneçam tecnologias com um vasto poder de manipular seus objetos. A Ciência nos leva a ver o homem sob uma luz

diferente, mas ele é, não obstante, o mesmo homem que vimos outrora sob uma luz diferente. Se devemos ter algo para admirar, que seja a prontidão do homem em rejeitar um retrato lisonjeiro de si próprio em favor de um retrato mais acurado e, portanto, mais útil. Mesmo aqui a admiração é supérflua. O fato é que a cultura que mais prontamente reconhece a validade de uma análise científica tende a ser mais bem sucedida na competição entre culturas, a qual, queiramos ou não, decidirá todos os problemas deste tipo com finalidade.

Referências

1. Lewis, C. S. *The Abolition of Man*. New York, 1947.
2. Rousseau, J. J. *Émile ou de L'Éducation*. Amsterdam et Franfort, 1762. Page 121 in the Classiques Garnier Édition.
3. Skinner, B. F. *Science and Human Behavior*. New York, 1953.
4. Krutch, J. W. *The Measure of Man*. Indianópolis: Bobbs-Merrill, 1953.
5. Rogers, C. R. e Skinner, B. F. Some Issues Concerning the Control of Human Behavior. *Science*, 124, 1956; pp. 1057-1066.
6. Platão. *Phaedrus*. Jowett translation, III: 27e – 275b.
7. Krutch, J. W. What I Learned about Existentialism. *Saturday Review*, 45 (April 21, 1962).